

Os Limites da Intervenção do Estado



Antonio Paim



Alberto Goldmann

Paim: privatização não pode ser adiada

No Brasil, o processo de privatização não ganhou corpo nem intensidade, segundo o professor Antônio Paim, da PUC, autor de duas centenas de ensaios e artigos divulgados no país e no exterior, além de mais de uma dezena de livros. Contudo, diz que a privatização é impostergável, sendo inevitável que se deva tornar no ponto central do programa de governo.

No seu entender, o país aspira a taxas de crescimento que lhe permitam chegar ao ano 2.000 tendo completado o desenvolvimento. Na medida em que o Estado insiste em continuar liderando os investimentos, os projetos acabam postergados sucessivamente por falta de recursos. Enquanto isto, o mercado brasileiro de capitais é hoje amplo o suficiente para assumir a parcela de responsabilidade que lhe cabe na manutenção de determinadas taxas de expansão econômica.

Paim afirma que os serviços públicos deveriam passar às mãos de concessionários privados, sendo desaconselhável a adoção de fórmulas rígidas. As grandes empresas de energia e comunicação po-

deriam interessar os usuários de seus serviços na compra de ações, o que facilitaria a atração subsequente de grupos empresariais dispostos a assumir sua gestão. Já os serviços de água e esgoto poderiam ser privatizados. Enfatizou que, desde a abertura política, as municipalidades espanholas têm transferido a empresas privadas a operação dos sistemas de abastecimento d'água, com amplo sucesso. Melhora a qualidade da água, desde que se estabelece emulação entre grupos que se vêm especializando em tal atividade. Ao mesmo tempo, tornam-se fonte de receita e não de dispêndio para as prefeituras.

No que tange às grandes empresas industriais, Paim ressalta que não há nenhuma razão para impor limites no que concerne à participação estrangeira quando estejam em grande medida voltadas para o mercado externo. "Em tais casos, a conversão da dívida com os bancos estrangeiros em participação acionária seria um passo essencial na direção do seu saneamento financeiro, meta a ser atingida antes que se cogite da venda em massa de ações ao grande público".

Goldmann: a disputa ideológica

O ex-Deputado Alberto Goldmann, que trocou o PCB pelo PMDB e atualmente é Secretário Especial do governo Quéricia, reconheceu que algumas tarefas exercidas pelo Estado, como o transporte ferroviário de carga, podem perfeitamente ser exercidas pela iniciativa privada. Mas a questão do papel do Estado só pode ser definida em relação direta com as necessidades sociais, respeitada a vontade do povo, não pelo embate ideológico entre concepções, geralmente equivocadas, entre direita e esquerda.

Com relação à esquerda, por exemplo, ele considera um equívoco pensar que estatização é sinônimo de socialismo necessariamente. Do lado das forças conservadoras, ele considerou absurdo o discurso privatizante e as tentativas de desmoralização do Estado como instituição. E fez uma indagação: por que os empresários não reivindicam a privatização dos presídios, das PMs, da implantação de saneamento e do combate às epidemias?

Acima da disputa ideológica, mais importante para ele é saber como o Estado deve fazer para atender às necessidades do conjunto da população. Outra questão, "motivo justo de críticas ao aparelho governamental", é a deficiência dos serviços que o Estado deve prestar aos cidadãos e não presta, além dos vícios, dos privilégios e mordomias aos quais se apegam seus beneficiários.

Goldmann, que representou o governador Orestes Quéricia, impressionou o público quando citou que no mês anterior, julho, o poderoso Estado de São Paulo gastou com sua folha salarial 115% do que arrecadou de ICM. A máquina alimenta cerca de 800 mil servidores (500 mil ativos e 300 mil inativos), pagando uma média salarial de quase o dobro do Governo Federal, cuja Administração Direta tem menos funcionários em todo o País.